

ICA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR S.A



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

**REGULAMENTO DE PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS
CANDIDATURAS ESPONTANEAS**



1. AMBITO DE APLICAÇÃO

O Presente Regulamento abrange o tratamento de dados pessoais de candidatos (pessoas singulares).

A **ICA - Indústria e Comércio Alimentar S.A.** respeita as normas legais relativas à proteção de dados pessoais dos candidatos, designadamente aquelas que dimanam de disposições legais nacionais e comunitárias e deliberações da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

2. DADOS PESSOAIS DOS CANDIDATOS

A fim de proporcionar as melhores oportunidades de emprego possíveis adaptadas a si, precisamos de proceder ao tratamento de determinadas informações sobre si. Apenas pedimos informações que irão genuinamente ajudar-nos a ajudá-lo, tais como o seu nome, idade, dados de contacto.

Quando adequado e em conformidade com as leis e os requisitos locais, poderemos igualmente recolher informações relacionadas com a sua saúde, informações ou dados diversos sobre quaisquer condenações penais.

Recolhemos dados pessoais do Candidato de duas formas principais:

1. Dados pessoais que o Candidato, nos fornece pelo preenchimento de um formulário em papel
 - Candidatura Espontânea;
 - *Curriculum vitae*.
2. Dados pessoais que o Candidato, nos fornece pelo preenchimento da Candidatura on-line que no nosso web site.

3. COMO UTILIZAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS

Após obter os dados sobre si, utilizamo-los para efeitos de recrutamento, e futuro contato no caso de considerarmos que se enquadra numa oportunidade de emprego.

Avaliar dados sobre si em relação às vagas que pensamos ser adequadas para si.

4. COM QUEM PARTILHAMOS OS SEUS DADOS

Quando apropriado e em conformidade com as leis e requisitos locais, poderemos partilhar os seus dados pessoais com as empresas do nosso grupo.



5. DE QUE MODO SALVAGUARDAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS

Estamos empenhados em adotar todas as medidas razoáveis e apropriadas para proteger as informações pessoais que possuímos de utilização indevida, perda ou acesso não autorizado. Fazemo-lo mediante a criação de um conjunto de medidas técnicas e organizacionais adequadas. Estas incluem medidas para lidar com qualquer suspeita de violação de dados.

Caso suspeite de uma utilização indevida, perda ou acesso não autorizado às suas informações pessoais, informe-nos imediatamente.

6. DURANTE QUANTO TEMPO CONSERVAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS

Iremos apagar os seus dados pessoais dos nossos sistemas se não tivermos tido qualquer contacto relevante consigo (ou, quando apropriado, com a empresa com ou para a qual está a trabalhar) num período de dois anos (ou durante um período mais longo se considerarmos de boa-fé que a legislação ou os reguladores relevantes obrigam-nos a conservar os seus dados). Decorrido esse período, é provável que os seus dados deixem de ser relevantes para as finalidades para as quais foram recolhidos.

7. DE QUE FORMA PODE ACEDER, ALTERAR OU REMOVER OS DADOS PESSOAIS QUE NOS FORNECEU

Um dos principais objetivos do RGPD é proteger e esclarecer os direitos dos cidadãos da UE e das pessoas na UE no tocante à privacidade dos dados. Tal significa que possui vários direitos relativamente aos seus dados, mesmo quando nos tenham sido fornecidos por si. Os mesmos estão descritos mais pormenorizadamente a seguir.

Para ficar a conhecer esses direitos, Contacte-nos. Procuraremos tratar o seu pedido sem atrasos indevidos e, em qualquer caso, no prazo de um mês (sujeito a quaisquer prorrogações permitidas por lei). Tenha em atenção que poderemos manter um registo das suas comunicações para nos ajudar a resolver quaisquer questões suscitadas por si.

DIREITO DE RETIRAR O CONSENTIMENTO: Caso tenhamos obtido o seu consentimento para proceder ao tratamento dos seus dados pessoais poderá retirar este consentimento em qualquer altura e deixaremos de realizar a atividade específica que anteriormente consentiu, salvo se considerarmos existir uma razão alternativa para justificar o tratamento continuado da nossa parte dos seus dados para esta finalidade, caso no qual informá-lo-emos sobre esta condição.

PEDIDOS DE ACESSO DO TITULAR DOS DADOS (PATD): Poderá pedir-nos, em qualquer altura, que confirmemos as informações de que dispomos sobre si e poderá pedir-nos para alterar, atualizar ou Apagar essas informações. Poderemos pedir-lhe para verificar a sua identidade e mais informações sobre o seu pedido. Se lhe concedermos acesso às informações que possuímos sobre si, não cobraremos esse acesso, salvo se o seu pedido for "manifestamente infundado ou



excessivo". Se nos pedir cópias adicionais destas informações, poderemos cobrar-lhe um custo administrativo razoável, quando tal for legalmente permitido. Nos casos em que nos seja legalmente permitido, poderemos recusar o seu pedido. Se recusarmos o seu pedido, será sempre informado sobre os motivos para fazê-lo.

DIREITO AO APAGAMENTO: Em determinadas circunstâncias, tem o direito de pedir que apaguemos os seus dados pessoais. Normalmente, a informação deve observar um dos seguintes critérios:

- Os dados já não são necessários para a finalidade para a qual originalmente os recolhemos e/ou tratámos;

- Quando tendo sido dado anteriormente, retirou o seu consentimento para procedermos ao tratamento dos seus dados e não existe outra razão válida para que os continuemos a tratar;

- Os dados foram ilicitamente objeto de tratamento (ou seja, de uma forma que não cumpre o RGPD);

- É necessário que os dados sejam apagados, a fim de cumprirmos as nossas obrigações legais enquanto responsável pelo tratamento;

- Se procedemos ao tratamento dos dados por considerarmos que é necessário fazê-lo para os nossos interesses legítimos, opõe-se ao tratamento e não somos capazes de demonstrar razões imperativas legítimas para o nosso tratamento continuado.

•Apenas poderemos recusar satisfazer o seu pedido por uma das seguintes razões:

- Para exercer o direito de liberdade de expressão e informação;

- Para cumprir obrigações legais ou para executar uma tarefa de interesse público ou o exercício de uma autoridade oficial;

- Por motivos de saúde pública no interesse do público;

- Para fins de arquivo, investigação ou estatísticos;

- Para o exercício ou a defesa de um direito.

Ao cumprir um pedido válido de apagamento de dados, adotaremos todas as medidas práticas razoáveis para Apagar os dados relevantes.

DIREITO DE RESTRINGIR O TRATAMENTO: Em determinadas circunstâncias, tem o direito de restringir o tratamento que fazemos dos seus dados pessoais. Tal significa que apenas podemos continuar a armazenar os seus dados e não poderemos realizar mais atividades de tratamento com os mesmos até: (i) que uma das circunstâncias listadas a seguir esteja resolvida; (ii) o seu consentimento; (iii) seja necessário tratamento adicional para a declaração, o exercício ou a defesa de um direito, a proteção dos direitos de outra pessoa ou motivos de interesse público importante da UE ou de um Estado-Membro.

As circunstâncias nas quais tem direito a pedir que a restrição do tratamento dos seus dados pessoais são:

- No caso de contestar a exatidão dos dados pessoais que tratamos sobre si. Neste caso, o tratamento da nossa parte dos seus dados pessoais será restringido pelo período durante o qual a exatidão dos dados é verificada;



- No caso de se opor ao tratamento dos seus dados pessoais para os nossos interesses legítimos. Nesta situação, pode pedir que os dados sejam restringidos enquanto verificamos os nossos fundamentos para o tratamento dos seus dados pessoais;
- Caso o tratamento que fazemos dos seus dados seja ilícito, mas preferir restringir o tratamento que fazemos dos mesmos em vez do respetivo apagamento; e
- Caso já não precisemos de proceder ao tratamento dos seus dados pessoais, mas necessita dos dados para a declaração, o exercício ou a defesa de um direito.

Caso tenhamos partilhado os seus dados pessoais com terceiros, estes serão notificados sobre o tratamento restringido, salvo se tal for impossível ou implicar um esforço desproporcionado. Iremos, naturalmente, notificá-lo antes de levantar qualquer restrição ao tratamento dos seus dados pessoais.

DIREITO DE RETIFICAÇÃO: Tem igualmente o direito de pedir que retifiquemos quaisquer dados pessoais inexatos ou incompletos que possuímos sobre si. Caso tenhamos partilhado esses dados pessoais com terceiros, estes serão notificados sobre a retificação, salvo se tal for impossível ou implicar um esforço desproporcionado. Quando apropriado, também lhe revelaremos a que terceiros divulgámos os dados pessoais inexatos ou incompletos. Nos casos em que consideremos que é razoável não satisfazermos o seu pedido, explicaremos os motivos da decisão.

DIREITO À PORTABILIDADE DOS DADOS: Se assim o pretender, tem o direito de transferir os seus dados pessoais entre responsáveis pelo tratamento. Para permitir que o faça, iremos fornecer-lhe os seus dados num formato que nos tem de comunicar. Em alternativa, poderemos transferir diretamente os dados por si. Este direito à portabilidade dos dados aplica-se a: (i) dados pessoais que tratamos automaticamente (ou seja, sem qualquer intervenção humana); (ii) dados pessoais fornecidos por si; e (iii) dados pessoais que tratamos com base no seu consentimento ou para cumprir um contrato.

DIREITO DE APRESENTAR RECLAMAÇÃO A UMA AUTORIDADE DE CONTROLO: Tem também o direito de apresentar uma reclamação à sua autoridade de controlo local. Pode consultar pormenores sobre como as contactar nesta Política de Privacidade.

Se pretender exercer algum destes direitos ou retirar o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais (caso o consentimento seja a nossa base jurídica para tratar os seus dados pessoais), pode encontrar dados sobre como nos contactar nesta Política de Privacidade. Tenha em atenção que poderemos manter um registo das suas comunicações para nos ajudar a resolver quaisquer questões suscitadas por si.

É importante que a informação pessoal que possuímos sobre si seja precisa e atual. Informe-nos caso haja alterações nas suas informações pessoais durante o período em que conservamos os seus dados.



8. DISPOSIÇÕES FINAIS - AS OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A empresa ou organização que individualmente ou em conjunto com outra (Subcontratada) determine as finalidades e os meios dos tratamentos dos dados é o “responsável pelo tratamento” e deve, nessa medida, entre outros aspetos, assegurar que:

Os dados pessoais são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não sejam posteriormente tratados de forma incompatível com as finalidades da recolha;

Apenas são recolhidos os dados pessoais adequados, pertinentes e não excessivos relativamente às finalidades da recolha;

Os dados pessoais recolhidos são exatos e atualizados;

Os dados pessoais apenas são conservados durante o período necessário para a prossecução das finalidades da recolha/tratamento (garantindo o cumprimento das Deliberações da CNPD aplicáveis e da legislação específica aplicável a determinados sectores de atividade);

São disponibilizadas ao titular dos dados todas as informações relacionadas com o tratamento efetuado, concedendo-lhe o direito de acesso, retificação, e eliminação dos seus dados, bem como a oposição ao seu tratamento, nos termos da lei;

Os titulares dos dados podem através de impresso próprio (IMP. 0001 PD), requerer junto do Responsável do Tratamento pela **ICA - Indústria e Comércio Alimentar S.A.**, o exercício dos seus direitos;

É obtido o consentimento do titular para o tratamento dos dados, nos casos em que tal é exigível;

O tratamento dos dados se encontra devidamente quer notificado à CNPD (se aplicável) e, quando legalmente exigido, é obtida a respetiva autorização prévia, ou devidamente regulamentado nos termos legais;

Que os colaboradores autorizados a aceder aos dados pessoais, estão vinculados ao dever de confidencialidade;

Que foram celebrados com as entidades subcontratantes em matéria de tratamento de dados pessoais dos nossos titulares de dados, os respectivos contratos escritos de salvaguarda da confidencialidade e privacidade;

Que foram implementadas as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais, contra a destruição, acidental ou ilícita, a alteração, acesso não autorizados e divulgação e contra qualquer forma de tratamento ilícito.

Que se procede nos termos legais ao registo das actividades de tratamento de dados pessoais.



ANEXO 1 - COMO NOS CONTACTAR

A entidade da **ICA - Indústria e Comércio Alimentar S.A** responsável pelo tratamento dos dados pessoais os , Clientes, Fornecedores, Prestadores de Serviços, Funcionários e Candidatos é a **ICA - Indústria e Comércio Alimentar S.A.**

COMO E PORQUÊ NOS PODE CONTACTAR:

Para aceder, alterar ou remover os dados pessoais que nos forneceu;

Caso suspeite de uma utilização indevida, perda ou acesso não autorizado às suas informações pessoais;

Para retirar o seu consentimento ao tratamento dos seus dados pessoais (caso o consentimento seja a base jurídica ao abrigo da qual tratamos os seus dados pessoais);

Quaisquer comentários ou sugestões relativas à presente Política de Privacidade

Pode escrever-nos para o seguinte endereço:

AV MANUEL DA MAIA 46A, 1000-203, LISBOA

Em alternativa, pode enviar-nos um e-mail para: ica@ica.pt



ANEXO 2 – COMO CONTACTAR A SUA AUTORIDADE DE CONTROLO LOCAL

A Comissão Nacional de Proteção de Dados. Pode contactá-lo das seguintes formas:

- Telefone (+351) 213928400 / Linha de Privacidade: +351 21 393 00 39
- E-mail: geral@cnpd.pt

- Pedidos de informação online: https://www.cnpd.pt/bin/Duvidas/Duvidas_frm.aspx
- Submissões online de reclamações:
https://www.cnpd.pt/bin/Duvidas/Queixas_frm.aspx
- Morada: Rua de São Bento, nº 148-3º, 1200-821 Lisboa

- Fax: +351 21 397 68 32